

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.042 - SC (2019/0344291-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MARIA APARECIDA FIRAKOWSKI**
ADVOGADOS : **ALCEU GAIO - SC001958**
: **PATRÍCIA GAIO - SC015420**
: **Rafael Gaio - SC048175**
RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SC023729**
: **RAFAEL SGANZERLA DURAND - SC030932**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS JULGADA IMPROCEDENTE. PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO DE LEI TIDO POR VIOLADO NÃO EFETUADO. SÚMULA 211 DO STJ. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO SUSCITADA. INVIABILIDADE DE PREQUESTIONAMENTO FICTO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MARIA APARECIDA FIRAKOWSKI com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, com o intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado (e-STJ, fl. 377):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. ALEGAÇÃO DE QUE O NEGÓCIO TERIA SIDO REALIZADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SEM O CONSENTIMENTO DA MUTUÁRIA. EXTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DA CONTA CORRENTE QUE REVELA A DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO E A SUA UTILIZAÇÃO PELA MUTUÁRIA. AUSÊNCIA DA ASSINATURA DA

Superior Tribunal de Justiça

MUTUÁRIA NO COMPROVANTE DA OPERAÇÃO QUE NÃO INVALIDA O NEGÓCIO SE A MANIFESTAÇÃO DO CONSENTIMENTO AFIGURA-SE INEQUÍVOCA. CIRCUNSTÂNCIA DE A MUTUÁRIA SER PESSOA IDOSA QUE NÃO FAZ PRESUMIR O VÍCIO DE VONTADE. PROVA ORAL QUE REVELA A ASSISTÊNCIA DE FILHO MAIOR E CAPAZ NA ADMINISTRAÇÃO DOS SEUS NEGÓCIOS BANCÁRIOS. PROIBIÇÃO DE SE BENEFICIAR DA PRÓPRIA TORPEZA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE É AFASTADA. DANO MORAL INEXISTENTE. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA QUE É IMPOSTO À LITIGANTE VENCIDA, OBSERVADO O DISPOSTO NO ARTIGO 98, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 391-396, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 398-406, e-STJ), além de dissídio jurisprudencial, a recorrente alega que o acórdão impugnado incorreu em violação aos arts. 2º, 3º, 6º, 14 e 39 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese: (i) ser indevida a renovação do empréstimo consignado por ação unilateral da instituição financeira, haja vista não ter solicitado a aludida renovação; (ii) fazer jus à devolução dos valores cobrados indevidamente, em dobro, bem como à indenização por danos morais, em razão da conduta ilícita do recorrido.

Apresentadas as contrarrazões ao apelo extremo (fls. 420-425, e-STJ), foi ele admitido na origem (fls. 427-431, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se o que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, no que diz respeito à alegada afronta aos arts. 6º e 39 do Código de Defesa do Consumidor, verifica-se não terem sido eles objeto de exame pela instância

Superior Tribunal de Justiça

ordinária, mesmo após a interposição de embargos declaratórios.

Desse modo, incide na espécie a Súmula 211 do STJ, ante a ausência do necessário prequestionamento viabilizador do recurso especial, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais.

Com efeito, o prequestionamento ocorre quando a causa tiver sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto, o que não se deu na presente hipótese.

Importante assinalar, ainda, que o prequestionamento ficto, previsto no art. 1.025 do CPC/2015, só é admissível quando, após a oposição de embargos de declaração na origem, a parte recorrente suscitar a violação ao art. 1.022 do mesmo diploma, porquanto somente dessa forma é que o órgão julgador poderá verificar a existência do vício e proceder à supressão de grau. Contudo, não houve alegação de violação do art. 1.022 do recurso especial apresentado.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS. HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO. CABIMENTO. PRESCRIÇÃO DO DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. (...) 03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração. **04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.** 05. O pedido de abertura de inventário interrompe o curso do prazo prescricional para todas as pendengas entre meeiro, herdeiros e/ou legatários que exijam a definição de titularidade sobre parte do patrimônio inventariado. 06. Recurso especial não provido (REsp n. 1.639.314/MG, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017 - sem grifos no original).

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia,

Superior Tribunal de Justiça

reformou a sentença de procedência, manifestando-se nos termos a seguir (e-STJ, fls. 380-382, sem grifos no original):

Consta dos autos que **a apelada celebrou contrato de empréstimo pessoal com a apelante**, sendo que, em data de 5.11.2014, o seu saldo devedor (R\$1.709,15, fl. 94) foi renegociado por meio da operação "BB Créd Renovação" n. 841048071 (no valor de R\$11.109,15), que deveria ser paga em 48 (quarenta e oito) prestações (cada uma no valor de R\$522,77), com vencimento da primeira em data de 5.12.2014 e da última para o dia 5.6.2018 (fls. 14/15 e 92/93). Ocorre que, no dia 21.9.2015, **o saldo devedor desta operação (R\$10.126,77, fl. 90) foi renegociado por meio de uma outra**, de n. 857203923, no valor de R\$11.626,77 (onze mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos), aí incluído um novo empréstimo (no valor de R\$1.500,00), para pagamento em 48 (quarenta e oito) prestações (cada uma no valor de R\$614,71), com vencimento da primeira em 5.11.2015 e da última para o dia 5.10.2019 (fls. 17/19 e 87/89).

A apelada negou com veemência a realização deste último negócio (fl. 2), a razão de ter pleiteado a restituição dos valores pagos e a condenação da apelante ao pagamento de indenização por danos morais.

Com efeito, o exame do "comprovante de empréstimo" referente à operação "BB Créd Renovação" n. 841048071, realizada em 5.11.2014, revela a presença da assinatura da apelada (fls. 15 e 93), o que não consta daquele outro referente à operação n. 857203923, realizada em 21.9.2015 (fls. 19 e 89). Mas a aparente ausência de manifestação do consentimento da apelada está suportada unicamente na omissão da sua assinatura, sendo ignorada a informação contida no extrato de movimentação da conta corrente n. 98.263-6, de que, na mesma data, o valor do novo empréstimo ("troco") incluído na operação de renegociação foi depositado (confira-se o lançamento sob a rubrica "Crédito Automático CDC", 96) e usufruído por meio dos lançamentos "Aplicação em Poupança" e "Resgate Poupança" (fls. 96/97).

Ora, se a apelada usufruiu do valor depositado na conta corrente em data de 21.9.2015, não pode, quase 3 (três) anos depois (a petição inicial foi protocolada em 5.6.2018), invocar o desconhecimento do negócio, notadamente se, apesar de ser uma pessoa idosa (fl.12), era assistida pelo filho maior e capaz, conforme o que foi informado por ele em seu depoimento (fl. 191), aplicando-se ao caso a mezinha lição de introdução ao estudo do direito, segundo a qual a ninguém é dado o direito de beneficiar-se da própria torpeza.

Registra-se que as operações de crédito examinadas podem ser pactuadas em terminais de auto-atendimento da instituição financeira por meio do uso de senha pessoal, sem a necessidade da assinatura de um contrato físico (artigo 375 do

Código de Processo Civil de 2015). Ou seja, levando-se em conta que a apelada já havia tomado empréstimos da apelante, a singela alegação de que a operação realizada em 21.9.2015 tratar-se-ia, na realidade, de um contrato fictício apenas porque não contém a assinatura da mutuária não está a merecer credibilidade.

O dano moral integra a verba indenizatória que decorre da prática de um ato ilícito (artigo 186 do Código Civil). Mas é verba indenizatória que surge a partir do instante em que ficam demonstrados os requisitos bem especificados pelo legislador civil: a) a presença de um dano; b) o comportamento culposo e c) o nexo de causalidade.

No caso, inexistente ato ilícito se a operação de crédito foi confirmada pela apelada no momento em que usufruiu do valor disponibilizado pela apelante (fl. 96), não sendo necessária a assinatura do mutuário quando é inequívoca a manifestação do consentimento.

Desse modo, para suplantar a conclusão do TJSC, seria indispensável o revolvimento dos fatos e das provas juntados aos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária, em decorrência do óbice da Súmula 7/STJ.

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Corrobora esse entendimento o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DE GRAVAME. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE.

1. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

2. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp n 794.875/RS, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 3/12/2015, DJe 10/12/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o Tribunal de origem concluiu: a) que o valor relativo ao empréstimo não contratado foi depositado na conta da recorrente e por ela usufruído; e b) as referidas renegociações poderiam ser feitas em terminais de auto-atendimento, dispensando, assim a necessidade de assinatura de um contrato físico para sua formalização.

Contudo, não tratou a recorrente de impugnar tais fundamentos, cuja subsistência inviabiliza a apreciação do recurso especial quanto ao tema, pela aplicação da Súmula n. 283 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator